

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2026

CNTI debate mineração, barragens de rejeitos, contaminação e CFEM em reunião no TCE/MG



A CNTI, representada por seus diretores, José Reginaldo Inácio e Eduardo Armond, acompanhados do assessor jurídico Mauro Armindo e de Roberto Carvalho, ex-vice-prefeito de Belo Horizonte, reuniu-se com o presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), Conselheiro Durval Ângelo, para tratar do processo produtivo mineral, da situação das barragens de rejeitos, das condições ambientais de trabalho, da contaminação dos territórios e da sonegação da CFEM.

A Confederação reafirmou a defesa da segurança dos trabalhadores, da proteção das comunidades atingidas e da correta arrecadação e aplicação dos recursos (CFEM) da mineração.

CNTI na luta.

O 'antídoto' da pejotização: a estratégia das elites para aniquilar direitos

Sob o manto da "liberdade contratual", o parecer do PGR Paulo Gonet ameaça transformar o trabalhador em um simulacro de empresa, esvaziando a luta pela redução da jornada e pela dignidade laboral



A história do Brasil é marcada por um ciclo perverso: sempre que a classe trabalhadora vislumbra uma conquista real, as estruturas de poder se movimentam para criar "antídotos" que neutralizam qualquer progresso. O recente parecer do Procurador-Geral da República, **Paulo Gonet**, favorável à **pejotização**, é o mais novo veneno destilado contra o povo brasileiro. Ao defender que a Justiça Comum, e não a do Trabalho, julgue a validade desses contratos, o PGR abre a porteira para uma fraude institucionalizada que suprime férias, 13º salário, FGTS e a própria dignidade do trabalhador.

A pejotização não é "modernização"; é retrocesso colonial. É a tentativa de transformar o suor do operário em uma transação comercial fria, despida de garantias sociais. Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - **CNTI**, esse posicionamento é um ataque direto ao coração das conquistas históricas da classe trabalhadora, mascarando relações de emprego reais sob o verniz de contratos entre empresas para fugir de encargos e responsabilidades.

O alvo é a redução da jornada de trabalho

Não é coincidência que esse movimento surja no momento em que a sociedade brasileira amadurece o debate sobre o **fim da escala 6x1** e a **redução da jornada de trabalho sem redução de salário**. A elite econômica, incapaz de aceitar uma minúscula diminuição em suas margens de lucro, utiliza o Estado para esvaziar essas vitórias.

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2026

Ao "pejotizar" o trabalhador, o patronato neutraliza o efeito de qualquer redução de jornada. Se não há controle de horas, se não há limite legal estabelecido pela CLT, o trabalhador PJ torna-se escravo de uma produtividade sem fim, sem direito ao descanso remunerado ou à convivência familiar. É uma manobra vergonhosa para manter a desigualdade em patamares abismais e intensificar a exploração.

A resistência necessária

Como bem ensinou o mestre **Celso Furtado**, as classes dominantes movem o aparelho de Estado para proteger sua concentração de riqueza. O que assistimos hoje é o uso da estrutura jurídica para validar a precarização, jogando sobre os ombros do trabalhador todos os riscos do negócio, enquanto o lucro permanece intocado e blindado.

A CNTI não assistirá passivamente a esse desmonte. A "autonomia contratual" pregada pela PGR é uma falácia quando de um lado está o poder econômico e do outro a necessidade de sobrevivência. **Aceitar a pejotização irrestrita é aceitar o esvaziamento da Previdência Social, o enfraquecimento dos sindicatos e a desproteção total em casos de doença ou acidente.**

Recomendações e posicionamento da CNTI

Diante desse cenário catastrófico, a CNTI reafirma as diretrizes inegociáveis desta Confederação:

- **Combate à pejotização fraudulenta:** Denunciamos que o uso do CNPJ para mascarar subordinação e pessoalidade é crime contra a organização do trabalho e deve ser combatido pela Justiça do Trabalho.

- **Fim da escala 6x1:** Exigimos a imediata revisão dos modelos de jornada que massacram a saúde física e mental dos industriários.

- **Redução da jornada sem redução de salário:** Esta é a bandeira central para a distribuição de renda e geração de empregos. Não aceitaremos "antídotos" jurídicos que tentem neutralizar essa conquista.

- **Solidariedade e mobilização:** Conclamamos o movimento sindical e os parlamentares comprometidos com a justiça social a barrar esse entendimento no STF. A Constituição Federal de 1988 não pode ser rasgada em nome da ganância patronal.

A CNTI segue firme: não há liberdade sem direitos, e não há progresso sem justiça laboral!

A Diretoria

Assessoria de Comunicação da CNTI

Sindicalismo soma forças pró-Lula



Com forte predominância do movimento sindical, aconteceu na manhã desta quarta (11) plenária dos setores progressistas, no Sindicato dos Químicos, em São Paulo, para avaliação de conjuntura nacional e acerca das possibilidades desse campo nas eleições de outubro.

O foco central foi a necessidade de articulação das forças sindicais, políticas e populares pela reeleição do presidente Lula. Segundo Edinho Silva, presidente nacional do PT, "estas eleições serão as mais importantes na vida de todos nós".

Presentes grande número de Sindicatos e todas as Centrais. Entidades como Diap e Dieese apresentaram estudos e gráficos referentes à distribuição das entidades sindicais no Estado de São Paulo como também o mapeamento dos resultados eleitorais nos recentes pleitos no Estado, a partir de 2018.

Senado – Centrais presentes: CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, Nova Central e Intersindical. Partidos: PT, PDT, PCdoB e Psol. Várias entidades ligadas a movimentos sociais. Os sindicalistas, de um modo geral, chamaram também atenção para a necessidade de ampliar no Congresso Nacional a representação de parlamentares alinhados às pautas progressistas.

As maiores cidades do Estado de SP somam 674 Sindicatos e mais de 13 mil dirigentes – os metalúrgicos contam com mais entidades, embora não formem a categoria majoritária. Uma das ideias é, desde já, engajar na mobilização pró-Lula o maior número de categorias e dirigentes.

Edinho listou conquistas no governo Lula, lembrando que é preciso massificar junto à base social os ganhos obtidos durante o terceiro mandato, especialmente a isenção do IR sobre salários até R\$ 5 mil.

Slogan – O encontro foi encerrado com o auditório entoando o tradicional slogan das campanhas presidenciais de Lula.

Mais – Sites das Centrais Sindicais.

Fonte: Agência Sindical



Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2026

O povo no discurso, o mercado no voto

Por que a extrema-direita rejeita benefícios sociais, mas protege privilégios fiscais bilionários?

DEPARTAMENTO
INTERSINDICAL DE
ASSESSORIA PARLAMENTAR

Marcos Verlaine*

É a pobreza como inimiga política. Há pergunta que atravessa o debate público brasileiro como incômodo moral: por que a extrema-direita bolsonarista vota contra políticas sociais elementares — como a distribuição gratuita de gás para famílias pobres — e só se apresenta como defensora do povo quando pressionada?

A resposta não está apenas em divergências técnicas ou fiscais. Está na própria arquitetura ideológica do bolsonarismo parlamentar: projeto que mobiliza o povo como retórica, mas governa — e legisla — para interesses organizados dos ricos e bilionários.

O caso do Gás do Povo¹ — MP (Medida Provisória) 1.313/25 —, aprovado na primeira semana de fevereiro pelo Congresso², é emblemático. Grupo expressivo de deputados do núcleo bolsonarista votou contra³ o benefício que atinge diretamente a vida cotidiana dos mais pobres: cozinhar. Comer. Sobreviver.

O argumento oficial? “Responsabilidade fiscal”, “modelo inadequado”, “risco de assistencialismo”.

O subtexto real? O pobre é tolerado como símbolo, mas rejeitado como sujeito de direitos.

PL, Minoria e Oposição liberaram as respectivas bancadas. O Novo votou contra a MP.

FISCALIDADE SELETIVA

A direita bolsonarista costuma repetir que “não existe almoço grátis”. É verdade, em parte. Trata-se de bordão útil. Mas profundamente seletivo.

Quando se trata de botijão de gás para quem está abaixo da linha da pobreza, surge o apelo à austeridade, ao Tribunal de Contas, ao perigo do “rombo”.

Mas quando se trata de desoneração da folha, que já ultrapassa R\$ 800 bilhões, o “silêncio é ensurdecedor”. Não há indignação. Não há cruzada fiscal. Não há discurso sobre “dependência”.

O mesmo Congresso que exige centavos de

justificativa para o pobre aceita, sem escândalo, renúncias gigantescas para setores empresariais.

A questão não é fiscal. É política. É econômica.

No Brasil, a austeridade é frequentemente nome elegante para hierarquia social: o Estado pode tudo para o capital, quase nada para o povo.

ESTADO MÍNIMO PARA QUEM?

O bolsonarismo se vende como defensor do “Estado mínimo”. Mas, na prática, defende Estado mínimo apenas para políticas redistributivas.

Para o agronegócio empresarial, o Estado é máximo.

O Plano Safra 2025/2026 mobiliza cifras recordes: mais de R\$ 516 bilhões.

O BNDES liberou mais de R\$ 10 bilhões para médios e grandes produtores. A bancada bolsonarista apoia a manutenção da isenção de instrumentos como LCA e Fiagros⁴, que alimentam o crédito privado rural.

Aqui não há medo do “assistencialismo”. Aqui, o subsídio vira “estratégia”.

Ou seja: o Estado é mínimo quando o beneficiário é o pobre urbano ou rural. É generoso quando o beneficiário é o grande produtor ou o mercado financeiro.

OPOSIÇÃO COMO MÉTODO

Há ainda componente central: o voto bolsonarista tornou-se, em muitos casos, estratégia automática de oposição.

Se o projeto fortalece o governo Lula, rejeita-se; ainda que a medida seja socialmente óbvia e meritória.

Isso explica o paradoxo histórico: Bolsonaro sancionou Vale-Gás e Auxílio Brasil, mas seu núcleo parlamentar vota contra programas semelhantes quando não é o autor da vitrine.

O que importa não é o mérito do benefício. Importa quem capitaliza politicamente.

O povo vira instrumento. Nunca prioridade.

“VOTO COMPRADO”: CRUELDADE COMO IDEOLOGIA

Talvez o aspecto mais perverso seja o discurso que criminaliza o beneficiário.

Há setores da extrema-direita que insinuem que

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2026

programas sociais “compram votos”. Como se pobreza fosse escolha e auxílio fosse corrupção.

Essa lógica é brutal: transforma a miséria em suspeita e o Estado social em chantagem.

Chega-se ao delírio autoritário de sugerir que beneficiários não deveriam votar.

É a democracia sob condição: só é cidadão pleno quem não precisa do Estado. E todos ou quase todos precisam do Estado. O Estado é fundamental para o desenvolvimento.

CONGRESSO DIANTE DO ESPELHO

Deputados são eleitos para representar o povo. Mas parte da extrema-direita parlamentar representa, antes, coalizão de interesses: mercado, agroexportação, setores empresariais, moralismo punitivo e guerra cultural.

O pobre entra apenas como personagem de campanha.

O botijão de gás vira “populismo”. A renúncia fiscal bilionária vira “competitividade”. A assistência social vira “dependência”. O privilégio vira “incentivo”.

O bolsonarismo é, no fundo, isso: populismo de direita que fala em nome do povo, mas vota contra, sistematicamente, o povo. E quando assim não faz é por razões meramente eleitorais.

(*) *Jornalista, analista político, assessor parlamentar do Diap e redator do HP*

¹ O Programa é a nova política pública federal que amplia e fortalece o acesso ao gás de cozinha no Brasil. Substitui o Auxílio Gás dos Brasileiros, o Programa garante a gratuidade na recarga do botijão de GLP (13 kg) em revendas credenciadas para mais de 15 milhões de famílias, beneficia cerca de 50 milhões de pessoas. Com esta mudança, o governo federal assegura que o benefício seja utilizado diretamente para proteger a saúde das famílias e promover a dignidade e a cidadania energética.

² Senado aprova Programa Gás do Povo - <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/02/03/senado-aprova-programa-gas-do-povo#:~:text=O%20Senado%20aprovou%20nesta%20ter%C3%A7a,o%20Programa%20G%C3%A1s%20do%20Povo> - acesso em 9.02.26

³ A MP 1.313/25 foi aprovada pela Câmara por **415 votos favoráveis, 29 contrários e 2 abstenções**. No Senado, a votação foi simbólica. Sem registro no painel.

⁴ *Fiagros (Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais)* são veículos de investimento coletivo, similares aos fundos imobiliários, focados no financiamento do setor agropecuário. Esses captam recursos para investir em CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio), imóveis rurais, participações em empresas do setor, oferecendo dividendos, geralmente mensais, com isenção de IR para pessoas físicas.

Fonte: Diap



POSICIONAMENTO INSTITUCIONAL(1):

Exigimos a rejeição imediata do 'Tema 1389': Pejotização é fraude!



Leia na íntegra:

<https://otct.org/posicionamento-institucional1-exigimos-a-rejeicao-imediata-do-tema-1389-pejotizacao-e-fraude/>